

SEMÁFORO REGIONAL  
7.243.321-116-91079513  
Ribeira de Fátima, 89  
2000-046 - SANTARÉM

# CORREIO DO RIBATEJO

Fundado em 1891 por João Arruda - Director: João Paulo Narciso

ANO: CXXVI | NÚMERO: 6604 | PREÇO: 0,75€

O JORNAL DE TODOS E PARA TODOS OS RIBATEJANOS

SEXTA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 2018



**Polémica  
Ricardo Gonçalves  
não paga EPC enquanto  
o valor não for revisto** P.08

**Ano lectivo de 2016/2017  
Rotary Clube de Santarém  
distingue melhores  
alunos com prémios** P.10



Reabilitação urbana, eficiência energética e defesa do património natural são as grandes prioridades

## Fundos comunitários dão impulso à região

P.02 A 05



**Santarém  
Câmara investe  
1,3 ME em  
iluminação** P.06

**Investimento  
Natal e  
Passagem de  
ano custaram  
70 mil euros** P.07

**Celestino Graça recordado  
"Perpetuamos  
a sua memória pelo  
respeito que temos  
pela sua obra"** P.22

## Pernes O desenvolvimento económico é a chave do crescimento da vila

P.16 & 17



Reabilitação urbana, eficiência energética e defesa do património natural são as grandes prioridades

# Fundos comunitários dão impulso à região

**As autarquias do distrito de Santarém querem aproveitar da melhor forma o quadro comunitário de apoio que está em vigor até 2020. Depois de quatro anos de má memória, de dificuldades orçamentais e em que as restrições financeiras foram uma constante, os autarcas eleitos terão agora um mandato em que poderão demonstrar a sua capacidade efectiva de concretizar projectos. Com várias candidaturas a fundos comunitários, as câmaras da região estão a apostar nas áreas da reabilitação urbana, eficiência energética e na defesa do património natural, sem esquecer a requalificação do espaço público.**

Com um orçamento para o ano de 2018 de cerca de 34,1 ME, que corresponde a um crescimento de 5% em relação ao ano anterior, a Câmara de **Abrantes** aposta em seis eixos estratégicos: "valorizar as pessoas e a sua qualidade de vida, reforçar a coesão social, fomentar o investimento, promover a reabilitação, defender o território e aperfeiçoar a governação, envolvendo a comunidade."

Segundo o município, o orçamento reflecte "o novo ciclo autárquico iniciado a 20 de Outubro", pretendendo articular as potencialidades e recursos existentes com capacidade de intervenção, aliando "os investimentos relevantes e oportunidades de financiamento no novo período de programação dos Fundos Europeus Estruturais".

A presidente do município, Maria do Céu Albuquerque (PS), anuncia, como obras mais relevantes para este mandato [quadriénio 2018-2021], o Museu Ibérico de Arqueologia e Arte (MIAA), o Centro Escolar de Abrantes, a Loja do Cidadão, o Parque do Vale da Fontinha, a Unidade de Saúde Familiar de Rossio ao Sul do Tejo e a consolidação do protocolo com a Sociedade de Iniciativas de Abrantes para a requalificação do cineteatro São Pedro.

No âmbito da conservação e reabilitação do parque edificado, estão previstas obras como a requalificação da Rua da Fonte, em Matagosinha, a construção de pontão sobre a Ribeira do Sardoal em Casais de Revelhos, a passagem hidráulica na Estrada Municipal 1231, a construção de muro para contenção de talude no acesso ao pavilhão municipal do Pego ou a beneficiação das Estradas Municipais entre Bicas e Tramagal, Vale de Açor e Bicas, o Maxial e Fontes e Souto e Biouças.

As actividades mais significativas, para 2018, dizem respeito às intervenções nas áreas sociais (acção social e educação), cultura, património e desporto. De salientar prioridades como o projecto educativo municipal, o programa de apoio à fixação de médicos, a consolidação do FinAbrantes e dos protocolos com as Juntas de Freguesia.

O orçamento da Câmara de **Alcanena** para o ano de 2018 situa-se nos 19,5 ME, um aumento de cerca de 7,5 milhões em relação a 2017. Para este ano, o execu-

tivo prevê o arranque das grandes obras há muito previstas pela presidente Fernanda Asseiceira (PS), nomeadamente a construção do Centro Escolar de Alcanena, o posto da GNR, obras de saneamento ou a requalificação urbana de espaços como o Mercado Municipal e o parque de autocarros.

Os documentos previsionais da autarquia alcanenense incluem ainda os gastos previstos em manutenção de equipamentos, amortizações, os 70 mil euros que são encaminhados para o Fundo de Apoio Municipal, novos equipamentos para a Protecção Civil e a criação do Observatório Ambiental.

Fernanda Asseiceira pretende ainda avançar com o investimento em eficiência energética na iluminação pública, contratação de técnicos superiores e assistentes operacionais, entre outros projectos em curso.

Trata-se, pois de um "documento bastante importante pelo conjunto de projectos que prevê", refere a presidente, frisando que este documento vai ao encontro "das ambições do executivo para este mandato".

**Almeirim** terminou o ano de 2017 com "zero euros" de dívidas a fornecedores. Um caso raro de gestão que permite ao município, liderado por Pedro Ribeiro (PS), encarar este mandato com tranquilidade.

Para 2018, o orçamento é de 16,2ME, que o presidente da edilidade classifica de "contido", uma vez que deverá ter que ser revisto assim que os fundos comunitários avançarem.

O presidente da Câmara Municipal de Almeirim sublinha que foi feito um orçamento "por baixo", uma vez que espera que, em meados de Abril seja feita "a incorporação do saldo de gerência".

Nessa altura, o orçamento deve passar de 16 para 19 ME, abrangendo os projectos do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e do Mercado Municipal.

Em **Alpiarça**, o orçamento para este ano é de 10,1 ME: a conclusão da requalificação do jardim municipal e a reabilitação do mercado municipal são dois dos principais investimentos previstos.

O orçamento representa um acréscimo de 1,4 por cento em relação a 2017, prevendo ainda investimentos que estão à espera de aprovação, nomeadamente balneários do estádio municipal, reabilitação do canal de Alpiarça e a requalificação da envolvente à Albufeira dos Patudos, projecto que foi alvo de uma candidatura a fundos comunitários.

Na área da Protecção Civil, a Câmara de Alpiarça tem previsto adquirir uma viatura e arranjos no quartel dos bombeiros municipais. Cerca de 78 mil euros estão previstos para o Plano de Combate ao Insucesso Escolar e o município pretende manter a gestão e responsabilidade das refeições escolares no primeiro ciclo e pré-escolar.

O documento foi aprovado por maioria, com o voto de qualidade do presidente, Mário Pereira (CDU) e os votos contra dos vereadores socialistas.

Em **Benavente**, o valor do orçamento para 2018 é de 20,3 milhões de euros, incluindo investimentos que aguardavam "condições para avançar".

Carlos Coutinho (CDU), presidente da Câmara de Benavente, refere que o orçamento, sensivelmente igual ao ano transacto, vai permitir avançar com um conjunto de obras que têm financiamento comunitário, como a requalificação dos centros históricos de Benavente e de Samora Correia.

"Chegou o momento de iniciarmos a

recuperação" das áreas urbanas que foram perdendo identidade com o crescimento do parque habitacional para as periferias; diz o autarca, salientando que está previsto um investimento da ordem dos 6 milhões de euros em reabilitação, 15% dos quais da responsabilidade do município.

Outras áreas incluídas no orçamento municipal para 2018 são as da eficiência energética em edifícios com grande consumo e na substituição da totalidade das 7.000 luminárias de mercúrio por 'leds' na iluminação pública, a concluir em 2019.

Uma "grande intervenção" no museu municipal, para criar melhores condições de exposição de um acervo "extraordinário", e uma atenção particular aos parceiros do movimento associativo, são outras prioridades.

O orçamento, aprovado na Câmara com as abstenções do PS e do PSD, prevê ainda intervenções para criar "centralidades" nas pequenas localidades do concelho, que, ao contrário dos dois principais aglomerados urbanos,

têm vindo a perder população, cada vez mais envelhecida, e bem como na rede viária municipal.

No **Cartaxo**, estão aprovados 18,6 ME num documento que mantém a "consolidação orçamental como uma das prioridades da gestão municipal, a par da garantia de prestação de serviços essenciais à população e investimento em equipamentos e projectos estruturantes - como a construção do Centro Escolar de Pontével ou a recuperação urbana de todo o centro da cidade, onde se concentram o comércio e os serviços".

Pedro Magalhães Ribeiro (PS) afirmou que "o documento integra as sugestões das forças políticas" e nas reuniões "com estas e com as juntas de freguesia, constatámos estar de acordo no que são as propostas fundamentais. O que é essencial é também consensual".

O autarca afirma que o orçamento para 2018 assegura três objectivos centrais: "continuar o esforço de reequilíbrio orçamental, garantir os fundos comunitários e investir em melhores condições de aprendizagem quer construindo o Centro Escolar de Pontével, quer compartici-

pando as obras na Escola Secundária do Cartaxo".

Por outro lado, integra cinco opções estratégicas - cumprir a execução do financiamento obtido no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), continuar as medidas de incremento da receita, manter a optimização da despesa corrente, reduzir a dívida de modo constante e re-





cuperar a rede viária do concelho, requalificar e conservar os equipamentos públicos, cumprir o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que levará à recuperação da zona histórica da cidade do Cartaxo.

Para Pedro Magalhães Ribeiro, os indicadores do município são "muito positivos, mas continuam a depender de uma estrutura de receitas pouco flexível", exigindo "enorme rigor para que os resultados conseguidos não sejam postos em risco".

Trata-se, pois, de um orçamento cumpre as condições do Fundo de Apoio Municipal ao qual a lei obrigou o município a recorrer e cuja execução se iniciou em 2017 e que permitiu ao município reduzir o serviço da dívida à banca, o que irá permitir libertar verbas para investimentos estruturantes.

Este "esforço de incremento da receita" integra o acordo a estabelecer com a Autoridade Tributária que "promova a igualdade na cobrança de dívidas", sendo que mais de 1 milhão de euros não foram pagos por "quem é incumpridor e prejudica os cidadãos que cumprem as suas obrigações".

A contenção da despesa corrente a par de "reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores, que era de 373 dias no final de 2013 e em Setembro de 2017 passou a 43 dias", continuam a ser objectivos para 2018, assegura o autarca do Cartaxo.

A Câmara da **Chamusca** tem orçamentado para 2018 um montante na ordem dos 11,6 ME, dando prioridade ao aproveitamento de fundos comunitários.

O presidente do município, Paulo Queimado (PS) explica que o orçamento para 2018 representa uma redução de cerca de 2,4 milhões de euros em relação ao do presente ano, que acabou por ser revisto em baixa por ter sido elaborado contando com a aprovação de fundos comunitários e com a obra do centro de saúde, que a Administração Regional de Saúde assumiu.

Em 2018, serão concluídas obras como o centro escolar e a remodelação do mercado municipal, que estão já a decorrer, e será substituída a iluminação pública, um investimento de um milhão de euros para colocação de luminárias 'led'.

Paulo Queimado refere ainda que o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, elaborado há quatro anos, estava já "desadequado", pelo que o município optou por o "reestruturar", apostando na regeneração urbana e na criação de um eixo no centro da vila, que irá promover a mobilidade.

Um "forte investimento" na educação - com a oferta de manuais em todos os anos da escolaridade obrigatória, um modelo de actividades de enriquecimento curricular centrado em projectos e a expansão dos Laboratórios de Actividades de Inovação e Criatividade -, no reforço dos diques do Tejo e em projectos turísticos acessíveis no Arripiado, com a construção de circuitos cicláveis e pedestres, são outras apostas inscritas no orçamento deste concelho.

O orçamento foi aprovado com os votos favoráveis da maioria socialista e a abstenção dos vereadores da CDU e do PSD.

O orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) da Câmara de **Constância** para 2018 contemplam uma verba de 7,8 ME. Segundo Sérgio Oliveira (PS), trata-se de um documento "realista, claro, objectivo, transparente, que responde aos anseios e às dificuldades das populações e, principalmente, focado na recuperação das infra-estruturas e equipamentos existentes que estiveram ao abandono nos últimos anos".

O presidente da Câmara Municipal destaca o aumento do valor do orçamento, em relação a 2017 na ordem dos 890 mil euros, o aumento das transferências do Orçamento de Estado em 45 mil euros e um corte de 25% na contribuição para o FAM.

Do lado da despesa, verifica-se um aumento na ordem dos 300 mil euros à contratação de pessoal, descongelamento das progressões na carreira dos funcionários públicos e aumento do salário mínimo nacional.

Este orçamento é também marcado pela redução de mais de 5% na aquisição de bens e serviços e por diversos investimentos que o município vai fazer em cada uma das freguesias.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano contemplam, enquanto "projectos estruturantes" a conclusão do Centro Escolar de Montalvo, o Plano de Regeneração Urbana - PARU, a Eficiência energética em infra-estruturas e edifícios públicos, a ampliação e beneficiação da ETAR de Montalvo e a Rede de drenagem de águas residuais e ETAR da Pereira.

No âmbito da Regeneração Urbana - PARU, estão previstas intervenções no Largo Cabral Moncada (requalificação para espaço multiusos), a requalifi-

cação do Cineteatro Municipal, a requalificação da frente ribeirinha do rio Zêzere e a requalificação do espaço público/esquipamento de utilização colectiva na margem do rio Zêzere, obras a efectuar na vila de Constância.

Segundo Sérgio Oliveira, o apoio social às populações "será uma prioridade" do executivo este ano, através da acção directa na educação e na acção social. A autarquia também vai apoiar as colectividades e as instituições de solidariedade social do concelho.

Os documentos previsionais evidenciam diversos investimentos nas áreas da cultura, do turismo, do desporto, do ambiente e da ciência. Desenvolver-se-ão as políticas de ordenamento, protecção e preservação da floresta e terão continuidade as actividades do Parque Ambiental de Santa Margarida e do Centro Ciência Viva - Parque de Astronomia.

O município de **Coruche** aprovou um orçamento de 24 milhões de euros para o ano de 2018, mais três milhões de euros que no ano de 2017, "incorporando o saldo da conta gerente", explica o presidente da Câmara.

Francisco Oliveira (PS) refere que entre as "grandes obras" previstas no Plano Plurianual de Investimentos, cabimentadas para 2018, se encontram a ponte de Santa Justa, o núcleo escolar da Branca, um espaço para ténis e 'padel' e a reabilitação de espaços na freguesia de S. José da Lamarosa.

A reabilitação do centro histórico de Coruche, com um projecto da ordem dos 1,7 milhões de euros (com financiamento comunitário), e a melhoria das acessibilidades e da mobilidade, nomeadamente com a construção de uma ciclovia ligando a parte alta da vila (castelo) à parte baixa (rio), são obras incluídas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

O PEDU inclui ainda a recuperação de dois bairros sociais na povoação do Couço.

O investimento de 1,8 milhões de euros no Parque Empresarial do Sorraia, para fixar empresas, é outro "grande investimento" previsto, sendo que este se irá desenrolar de forma faseada, atingindo um valor global de 3,5 milhões de euros de financiamento exclusivamente municipal.

A criação desta área empresarial será associada a medidas como uma "fiscalidade atractiva", com a redução das taxas de IMI e de IMT.

A reabilitação do parque escolar, do pavilhão ginnodesportivo, apoio social para a população sénior e as famílias mais desfavorecidas, a atribuição de bolsas de estudo para estudantes universitários, de apoios à frequência de universidades de verão "para ajudar nas escolhas" futuras e de prémios de mérito escolar, são outras rubricas inscritas.

Francisco Oliveira, que viu o orçamento passar, tanto na Câmara Municipal como na Assembleia, por maioria, com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD e da CDU, disse acreditar que o investimento previsto irá dar "cabal cumprimento às necessidades de infra-estruturas, apoio social e desenvolvimento económico".

"Até aqui estávamos sem instrumentos financeiros para grandes obras. Foi necessário elaborar projectos, candidaturas, definir estratégias para as grandes obras" de que o concelho necessita, disse, lamentando a excessiva burocratização na contratação pública e declarando-se confiante de que 2018 e 2019 serão "anos de grande execução fiscal".

O orçamento da Câmara do **Entroncamento** para o próximo ano é 3,7 % superior face ao ano anterior, tendo um valor global fixado em 18,9 ME euros, "seguindo o caminho percorrido em anos anteriores, o qual, consiste no rigor e contenção da despesa para que se consiga criar oportunidades de investimento", sublinha o presidente da Câmara.

Jorge Faria (PS) destaca que os documentos previsionais para 2018 assentam em seis eixos estratégicos: Regeneração Urbana - Consolidar uma cidade para as pessoas, Desenvolvimento económico, emprego e inovação, Coesão social e cidadania, Educação, cultura e juventude, Associativismo, desporto e vida saudável e Cidade sustentável e inteligente.

Quanto às obras previstas no Plano Plurianual de Investimentos, o presidente destacou as que fazem parte do PEDU, como a remodelação/modernização do Cine-Teatro S. João, a construção de ciclovia na Freguesia de S. João Batista, a requalificação dos espaços verdes, a melhoria do desempenho energético do Município, a reabilitação do mercado diário (ambiental e energética) e a requalificação da estrada da Barroca.

Já em curso está a reabilitação do mercado diário, adjudicada por 896.434 euros e com um prazo de execução de 12 meses. Com esta obra pretende-se "a melhoria da acessibilidade ao edifício, substituição

de materiais (cobertura, pavimentos interiores, instalações sanitárias, redes interiores) e equipamentos (frio e iluminação) e revisão do "layout" visando a mobilização de novas valências de reforço às lojas existentes e a novas acções de regeneração do espaço", lê-se nos documentos aprovados.

Em **Ferreira do Zêzere**, o orçamento para 2018, no valor de 9,8 ME, representa uma diminuição na ordem dos 7,6%, em relação ao ano passado.

De acordo com o documento, a que o Correio do Ribatejo teve acesso, as GOP's para o ano de 2018, incidem em políticas de continuidade que, entre outras, visam a promoção do emprego – através da dinamização e diversificação da actividade empresarial – a aposta no ambiente e nos recursos naturais "que tenha por objectivo a criação das condições necessárias à concretização de um desenvolvimento integrado e equilibrado do concelho", na promoção da gestão energética dos edifícios do Município, na requalificação e valorização ambiental, bem como numa política de valorização florestal e de melhoria da circulação rodoviária no concelho.

Substituição das luminárias com tecnologia LED nas freguesias que ainda não foram contempladas, o apoio ao associativismo (através de um Regulamento próprio) a continuidade da reestruturação dos serviços e a simplificação de procedimentos administrativos, são outras das apostas.

Jacinto Lopes (PSD) diz que se trata de um orçamento de "rigor", lembrando que a autarquia terá de cumprir, no mínimo, 85 por cento da receita prevista".

Na **Colegã**, o valor do orçamento para este ano é de cerca de 9,9 ME e dá prioridade a três eixos estratégicos: fomento de um ambiente de desenvolvimento económico, tendo em vista a criação de emprego, reforço da coesão social e reabilitação urbana e requalificação urbana e viária.

Outras das prioridades passam pela revitalização das ETAR's e Estações Elevatórias da Golegã e da Azinhaga, assim como dos diques do concelho a par da requalificação e valorização das margens e envolvente da Lagoa da Alverca do Campo, no âmbito da Candidatura ao Portugal 2020.

Na área da Cultura e do Turismo, o município assume como prioridades a obra de Reabilitação e Beneficiação do Cineteatro Gil Vicente, assim como a reabilitação e manutenção da Casa-Estúdio Carlos Relvas.

Em termos de Turismo, as Grandes Opções do Plano apontam para a "consolidação dos eventos principais do calendário anual do concelho", como a

Feira de São Martinho, a par da reabilitação da Rota do Cavalo e do Ribatejo.

Com um aumento de 6,3%, a autarquia de **Mação** vai gerir um orçamento de quase 12,5 ME e definiu como áreas prioritárias os apoios sociais, em especial dos mais carenciados, a criação de condições para a melhoria da actividade económica, a valorização dos recursos concelhios, o aprofundamento e valorização do conhecimento, e a educação e cultura.

Vasco Estrela (PSD), presidente da Câmara Municipal, não tem dúvidas que este é "um orçamento adequado às necessidades do concelho, realista e exequível" que permitirá assumir os compromissos definidos para o concelho.

Relativamente a obras, o presidente destaca que este orçamento terá uma componente muito forte no âmbito do PARÚ: "há um conjunto de investimentos grandes. Um deles já a decorrer, que é a requalificação do Jardim Municipal, e teremos também a requalificação do Cineteatro, do Largo dos Combatentes e a obra principal que é a requalificação do antigo quartel dos bombeiros para a instalação do Centro de Actividades Ocupacionais".

A Câmara de **Ourém** está ainda a ultimar o seu orçamento para este ano. Luís Albuquerque (PSD), que venceu as últimas eleições autárquicas, sucedendo ao socialista Paulo Fonseca deverá apresentar os documentos previsionais do município no final deste mês, segundo foi referido ao Correio do Ribatejo por fonte da autarquia.

A mesma fonte revela que só em Fevereiro, depois da aprovação do orçamento em sede de Assembleia Municipal é que a autarquia poderá colocar em marcha a estratégia que delineou para o concelho. Recorde-se que o orçamento de Ourém para 2017 foi de cerca de 39,1 milhões de euros.

Em termos de política fiscal, a Câmara de Ourém vai reduzir em 0,05% a taxa geral de derrama em 2018, fixando-a em 1,15% sobre o lucro tributável sujeito a imposto sobre o IRC.

A decisão foi aprovada por unanimidade do executivo municipal, constituído por quatro eleitos da coligação PSD/CDS-PP e por três socialistas.

As entidades com volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros isentas de derrama (imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas colectivas), manter-se-ão isentas, de acordo com a mesma deliberação.

A aprovação por unanimidade da redução da taxa geral de derrama "realça uma evidente vantagem fiscal face à generalidade dos municípios que inte-

gram a região envolvente e permite que aproximadamente 67% das empresas continuem isentas de imposto", sustenta a Câmara de Ourém, numa nota enviada ao Correio do Ribatejo.

Os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite de 1,5%, o que significa que a Câmara de Ourém vai abdicar de "um acréscimo potencial desta receita", caso aplicasse as taxas máximas em vigor.

O executivo municipal manifestou ainda a intenção de anualmente reduzir a taxa geral de derrama em 0,05%, ou seja, em quatro anos fixar a taxa em 1,0%.

**Rio Maior** terá este ano um orçamento de 23ME. O documento, aprovado por maioria, com os votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista e pela CDU na Assembleia Municipal, mostra, segundo a presidente da Câmara, Isaura Morais (PSD), que "o fulcro do orçamento se centra, mais uma vez, na concretização de um conjunto de elevados investimentos que têm por fim melhorar a qualidade de vida dos rio-maiorenses, mas também projectar o concelho para o futuro, torná-lo ainda mais atractivo para quem nele quiser viver, investir ou simplesmente visitar".

Os documentos previsionais do município voltam a contemplar um conjunto diverso de investimentos em todo o concelho, de onde se destacam a Revitalização da Frente Ribeirinha, Requalificação da Villa Romana, Requalificação da Praça do Comércio e Praça da República, Requalificação da Moagem "Maria Celeste" e zona envolvente, Diminuição de Perdas de Água na Zona Piloto de "Via - Vai", Eficiência Energética, Aquisição e Instalação de Equipamento Iluminação Pública, Construção de ciclovia Rio Maior-Asseiceira, continuação da Reparação e Modernização da Rede Viária no Concelho e o Projecto Reabilitar e Integrar para a reabilitação, modernização e ampliação de equipamentos sociais.

Muitas destas intervenções têm por base candidaturas e financiamentos comunitários, no âmbito do Quadro Portugal2020, caso das operações relacionadas com a Regeneração Urbana.

Destaque ainda para toda a intervenção que será efectuada no sector das águas e saneamento, com um valor previsto de investimento no Plano Plurianual de Investimentos para os próximos anos superior a 4 ME.

"Esta é uma prioridade clara de intervenção do executivo municipal, face às necessidades de remodelação e intervenção de um sistema bastante antigo, com todos os problemas daí decorrentes, tendo como objectivo final um ser-

viço mais eficiente prestado às populações, com garantia de qualidade, com redução de perdas efectivas de água, que venha permitir baixar os custos operacionais associados a estes serviços e, por essa via, reduzir a factura suportada anualmente pelos munícipes", esclarece Isaura Morais.

Nota ainda para o aumento em 14% das verbas a transferir para a Juntas de Freguesia do concelho, num total de 399 mil euros e para o contínuo decréscimo da dívida bancária de médio e longo prazo.

A Câmara Municipal de **Salvaterra de Magos** aprovou para 2018 um orçamento no valor de 12,6 milhões de euros, verba sensivelmente igual à do ano transacto.

A autarquia afirma que o orçamento para 2018 inclui um valor superior a dois milhões de euros para a área da Educação e na ordem dos 1,2 milhões de euros para a Cultura, o Desporto, o Recreio e o Lazer, destacando a manutenção dos apoios financeiros e a cedência gratuita de transporte municipal aos clubes desportivos, associações, instituições de solidariedade social e Juntas de Freguesia, e o aumento em 20% do apoio aos Bombeiros Voluntários.

A autarquia, liderada por Hélder Esménio (PS), fixou a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2018 em 0,35% (dentro de uma variação entre os 0,3% e os 4,5% previstos na lei) e uma derrama de 0% para as micro e pequenas empresas e de 1% (menos 0,5 pontos percentuais do que o máximo previsto) para as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros.

Quanto a investimentos, o município refere o novo Centro Escolar de Foros de Salvaterra e Várzea Fresca (cerca de 1,2 milhões de euros), a reabilitação do Espaço Jackson, em Glória do Ribatejo (perto de um milhão de euros) e a conclusão dos passeios e estacionamento na Estrada Nacional (EN) 367, entre a Estrada Militar e a EN118, em Marinhais (300 mil euros).

A criação, no Edifício do Cais da Vala, em Salvaterra de Magos, do "Museu do Concelho – Rio, Lezíria e Charneca" e a continuidade dos trabalhos de arranjos urbanísticos em diversos locais do concelho são outros investimentos previstos.

O município vai ainda apresentar candidaturas a fundos comunitários para a requalificação urbanística da aldeia do Escaroupim, a reabilitação da antiga escola primária "O Século", em Salvaterra de Magos, e do dique do Escaroupim e a melhoria da mobilidade na área industrial de Pinhal de Mouros/EN 114-3.

O orçamento passou no executivo

## VALORES ORÇAMENTADOS PARA AS AUTARQUIAS DA REGIÃO

ABRANTES 34 ME

ALCANENA 19,5 ME

ALMEIRIM 16,2 ME

ALPIARÇA 10,1 ME

BENAVENTE 20,3 ME

CARTAXO 18,6 ME

CHAMUSCA 11,6 ME

CONSTÂNCIA 7,8 ME

CORUCHE 24 ME

ENTRONCAMENTO 18,9 ME

com os cinco votos favoráveis do PS e a abstenção dos dois eleitos do Bloco de Esquerda, apesar de estes não terem conseguido incluir a proposta de orçamento participativo no concelho.

A capital de distrito, **Santarém**, vai gerir um orçamento no valor de 50,9 milhões de euros, mais cerca de três milhões de euros que no ano transacto e que o presidente do município classifica como sendo "de viragem".

O presidente da câmara, Ricardo Gonçalves (PSD), classificou o orçamento como de "bastante rigor e bastante realista", contendo "algumas limitações", resultantes do facto de o município estar ainda ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

Ricardo Gonçalves afirmou que, apesar dessas limitações, o município vai aumentar o investimento em 2018, aproveitando os fundos comunitários, considerando que o documento hoje aprovado procura "espelhar a estratégia de desenvolvimento e crescimento do concelho" que o PSD preconizou no seu programa eleitoral.

O autarca destacou a inscrição de "mais apoios para as freguesias e as associações", com os duodécimos a aumentar 5% para as Juntas de Freguesia, que receberão 500.000 euros para a realização de "obra nova", e a verba para as associações culturais a crescer 40.000 euros, subindo para os 120.000 euros, e para as desportivas a atingir os 300.000 euros.

No âmbito da Educação, o documento prevê verba para o programa promotor do sucesso escolar, com fundos comunitários, desenvolvido no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT).

Ricardo Gonçalves realçou o aumento da verba para a acção social em 20%, estando o município a "desenhar novos projectos" com os parceiros do Conselho Local de Acção Social para substituir as cantinas sociais.

O autarca afirmou ser objectivo conseguir um "aproveitamento máximo dos fundos comunitários", lembrando que o município tem 17 a 18 milhões de euros aprovados, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), e do programa para estabilização das encostas da cidade, da ordem dos 3,5 milhões de euros.

Quanto ao desenvolvimento económico, Ricardo Gonçalves afirmou que Santarém terá "dentro de pouco tempo condições para apresentar uma estratégia agressiva em feiras empresariais" e deixou para o início de 2018 a apresentação de "um plano com 10 eixos" para "afirmar Santarém como destino turístico e de lazer".

9,9 ME é o valor do orçamento de Sar-

**doal**, montante que representa mais cerca de 90 mil euros do que o de 2017.

Como prioridades o presidente da Câmara Municipal de Sardoal anunciou a requalificação do parque escolar, bolsas de estudo e prémios de mérito, trabalhos de pavimentação de Lobata, São Domingos, Mogão, Entrevinhas, Cabeça das Mós e Vale da Amarela. A requalificação do mercado diário, recuperação de um dos moinhos de Entrevinhas transformando-o em bar de apoio.

No âmbito do PARU (Plano de Acção para a Regeneração Urbana) está incluída a requalificação da igreja da Nossa Sra. do Carmo, propriedade da autarquia, para ser convertida num Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso, neste tópico constam ainda a requalificação do Lagar dos Paulinos com adaptação complementar ao Espaço Partilhado para as Artes e Ofícios (ArtOf), e a iniciação da segunda fase dos corredores pedonais e também a colocação de dois postos de recolha de resíduos domésticos.

Está ainda espelhado no Orçamento municipal para 2018 o reforço dos sistemas de abastecimento de águas de Entrevinhas, a melhoria do bairro habitacional da Tapada da Torre numa lógica de eficiência energética, ainda nesse âmbito a continuação dos projectos para as piscinas municipais. O orçamento prevê também o projecto de revisão do Plano Director Municipal (PDM) e também a operação de reabilitação urbana. Igualmente previsto a colocação de Wi-Fi em algumas zonas da vila de Sardoal.

Segundo a autarquia, continuará ainda a ser implementada a medida de distribuição gratuita de refeições aos alunos do Jardim de infância, 1º e 2º ciclo, e a continuação do Programa ABEM, rede solidária de medicamento.

Quanto à cultura, o município continua com a execução do projecto Rede Eunice, do Teatro Nacional D. Maria II, Encontro Nacional de Piano e com o Sardoal Jazz bem como o apoio ao associativismo.

Miguel Borges (PSD) diz que o orçamento é "realista" e que "espelha o que o executivo quer fazer sem aumentar a carga fiscal dos munícipes", lembrando que grande parte do orçamento deve-se aos fundos comunitários garantidos para projectos a implementar.

Em **Tomar**, o executivo camarário de maioria socialista aprovou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 no valor de 33,7 ME, com os vereadores do PSD a votarem contra.

A presidente da Câmara, Anabela Freitas (PS) explicou que foram delineados seis objectivos: "Coesão e Inclusão Social (5,2 milhões de euros), Desenvolvimento Urbano (6,5 milhões de euros), Desen-

volvimento Económico (1,3 milhões de euros), Protecção Civil (523 mil euros), Gestão e Equilíbrio Financeiro (571 mil euros) e melhoria dos processos internos/relacionamento com o cidadão (649 mil euros)", elencou.

Sobre o mapa de pessoal de 2018, a proposta vai no sentido de criar 75 novos postos de trabalho, sendo que o mais urgente prende-se com a contratação de 14 operacionais para os Bombeiros.

Em termos de obras, a autarquia anunciou que a requalificação da Av. Nun' Álvares, tal como a da Praceta Raúl Lopes serão empreitadas que avançam depois da Festa dos Tabuleiros, em Julho de 2019.

A Câmara de **Torres Novas** aprovou um orçamento da ordem dos 31,2 milhões de euros para o presente ano. O orçamento (inferior em cerca de 300.000 euros ao que vigorou em 2017) foi aprovado com os votos da maioria socialista no executivo municipal, a abstenção do vereador do PSD e o voto contra do eleito pelo BE.

O documento aponta como áreas estratégicas para o período 2018/2021 a reabilitação urbana, a atracção de empresas, a rede escolar e social, o reforço do serviço de saúde e protecção civil, a valorização ambiental e controlo de desperdícios, a dinâmica cultural e desportiva, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, as acessibilidades e a segurança rodoviária, afirma a nota.

A Câmara Municipal de Torres Novas, presidida por Pedro Ferreira (PS) indica como prioritários os investimentos em obras com candidaturas aprovadas no âmbito dos Investimentos Territoriais Integrados e da primeira fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

O investimento na racionalização da rede pública de iluminação e eficiência energética de alguns edifícios públicos, na conclusão das infra-estruturas na Zona Industrial de Riachos e, até 2021, no alargamento da Zona Industrial de Torres Novas são outras obras destacadas.

O município aponta ainda, no sector da Educação, a requalificação do Centro Escolar de Santa Maria e da Escola Secundária Maria Lamas, e, no da Saúde, a ampliação e requalificação do Centro de Saúde e a instalação de uma segunda Unidade de Saúde Familiar, "que irá garantir médico de família a muitos munícipes que ainda o não têm".

A obra do quartel dos Bombeiros Voluntários Torrejanos, já em curso e a concluir este ano, com custos "totalmente assumidos pelo município", e o reforço do apoio financeiro a esta associação, para actividades correntes e aquisição de equipamentos, bem como o início da

obra da Loja do Cidadão, são outros investimentos incluídos nas Grandes Opções do Plano.

A Assembleia Municipal de **Vila Nova da Barquinha** aprovou por maioria as grandes opções do plano (GOP) e o orçamento para 2018, no valor de 14,6 ME, o que representa um aumento de 10,2% em relação a 2017.

"Vai ser um ano de muita obra com financiamento comunitário", disse o presidente do município de Vila Nova da Barquinha, Fernando Freire (PS), referindo que o aumento do orçamento em cerca de 1,5 milhão de euros se justifica, "essencialmente, pelo progresso de alguns projectos co-financiados, no quadro comunitário 2020, que só em 2018 vão avançar".

O autarca destacou os investimentos nas áreas do turismo, nomeadamente na envolvente do castelo de Almourol, na vertente empresarial, com a criação de um ninho de empresas, na educação e na criação de um jardim-de-infância na sede do concelho, a eficiência energética e o saneamento básico na zona norte de Praia do Ribatejo, entre outros, relativamente a um documento que releva ainda a importância dada às funções sociais, tendo previsto cerca de 4,5 milhões de euros para as mesmas, e que correspondem a 42% das GOP e 31% do total do Orçamento Municipal.

No contexto de "um novo impulso no investimento", o município reforça "a sua política de crescimento sustentável, orientada para as pessoas, de que é um vector fundamental o relançamento de uma política de investimentos estruturantes no concelho". Como exemplos referiu a regeneração urbana, a requalificação de ruas, largos e praças, repavimentação, o investimento em equipamentos sociais, escolares e culturais.

Outra prioridade é a beneficiação de estradas e arruamentos do concelho, com a requalificação de zonas urbanas e a reabilitação do Cais d'el Rei.

Para 2018, prevê-se a criação de um Centro de Apoio à Actividade Empresarial e Ninho de Empresas de forma a incentivar pessoas singulares e colectivas a iniciarem ou desenvolverem áreas empresariais e, na área do turismo, o destaque vai para o Centro de Interpretação Templário de Almourol, que vai funcionar em parte do edifício do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha, com o objectivo de agregar informação sobre Castelo de Almourol e o tema Ordem do Templo e do projecto Centro de Apoio a Peregrinos.

FILIPE MENDES

